



Ilustríssimo Senhor Secretário-Geral de Administração do Tribunal de Contas do Distrito Federal,

Como Pregoeira responsável pelo bom andamento dos trabalhos relativos ao procedimento licitatório na modalidade Pregão, sob o nº 90014/2025, referente à contratação de Instituição credenciada como “Agente de Integração” para operacionalização plena de estágio de estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação de nível médio, superior e pós-graduação, para atendimento às demandas em áreas do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), em conformidade com as especificações e condições previstas no Edital e seus Anexos, submeto a Vossa Senhoria a impugnação apresentada pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE (Peça nº 45), contra os termos do Edital.

DA IMPUGNAÇÃO

2. O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE apresenta em síntese, os seguintes termos:

2.1. Menciona que as Soluções de Consulta COSIT nº 186/2019 e 21/2020 não impediriam que os agentes de integração realizem o repasse dos valores devidos aos estagiários, desde que seja observado que as eventuais retenções e recolhimentos de imposto de renda sobre os valores recebidos pelos estagiários, bem como a declaração anual - DIRF, sejam realizados pela Unidade Concedente de Estágio, que é a Fonte Pagadora, e não pelo agente de integração.

2.2. Destaca os seguintes trechos das referidas Soluções de Consulta:

Solução de Consulta n.º 186/2019

(...)

19. Na norma supratranscrita, a fonte pagadora que paga ou credita os rendimentos corresponde à pessoa física ou jurídica que suporta o ônus financeiro já que, consoante o art. 128 do CTN, a responsabilidade é da pessoa física ou jurídica vinculada ao fato gerador, e não da pessoa que disponibilizar o recurso ao beneficiário, se não houver disposição legal em contrário.



(...)

22. Deste modo, no caso posto pela consulente, a pessoa física ou jurídica que concede o estágio é considerada como fonte pagadora e, conseqüentemente, será a responsável pela retenção e recolhimento do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte.

(...)

26. Por conseguinte, em decorrência de a pessoa jurídica que concede o estágio ser a fonte pagadora e de a empresa consulente não estar revestida da condição de representante, cabe à concedente do estágio a obrigação da retenção do IRRF bem como o cumprimento de eventuais obrigações acessórias decorrentes de tal evento, como preenchimento e transmissão da Dirf.

Solução de Consulta nº 21/2020

(...)

15. Sendo assim, o montante referente à bolsa e aos auxílios não pode ser tido como preço do serviço prestado pela consulente e, conseqüentemente, receita bruta da operação. Esta deve ser buscada naquela parcela que de fato remunera o tipo de serviço prestado pela consulente, ou seja, o preço que a consulente aufera, como receita própria, pela prestação dos serviços administrativos/financeiros que executa.

(...)

21. Tendo em vista o entendimento aqui fundamentado, responde-se à consulente que, observados os limites de atuação previstos na Lei nº 11.788, de 2008, não são receitas dos agentes de integração os valores pagos pelas partes concedentes aos estagiários a título de bolsa-auxílio e dos auxílios transporte e alimentação, mesmo que os agentes de integração funcionem como sujeitos centralizadores desses pagamentos, pois os agentes de integração não compõem essa relação obrigacional. (grifou)

2.3. Argumenta que os Agentes de Integração deveriam passar a atuar como “Agente Pagador”, e que este TCDF seria responsável por efetuar as retenções, bem como lançar na DIRF o imposto de renda recolhido como fonte pagadora dos valores devidos aos estudantes-estagiários por este ente público e repassar à contratada somente os valores líquidos (Bolsa-Auxílio e, se o caso, outros valores, tais como Auxílio-Transporte).



2.4. Alega que seria necessária a reparação do edital para que seja claro quanto à obrigação das partes referente à DIRF, pois seria:

2.4.1. obrigação da concedente do estágio (fonte pagadora) efetuar as retenções, realizar o lançamento da DIRF, emitir anualmente informe de rendimento e repassar ao Agente de Integração somente os valores líquidos para repasse aos estagiários.

2.4.2. obrigação do Agente de Integração o auxílio administrativo e operacional, especialmente, a incumbência de repassar os valores líquidos e devidos especificamente aos estagiários.

2.5. Argumenta que, em havendo a necessidade de realizar as retenções, em razão de situações excepcionais em que o teto for alcançado, seria obrigação da concedente do estágio proceder com as obrigações acessórias - tais como informe da DIRF -, e não do Agente de Integração de forma a garantir a ampla participação no certame de todas as instituições aptas a atender o objeto do certame.

DOS COMENTÁRIOS

3. Preliminarmente, informamos que o pedido de impugnação fora apresentado tempestivamente, antes dos 03 (três) dias úteis que antecedem a data de abertura da sessão pública, conforme reza o item 3.1 do Edital.

4. Inicialmente, os autos foram encaminhados à Supervisão de Seleção e Gestão de Estágios (SUSEL), que teceu as seguintes considerações (Peça nº 47):

Recebemos a impugnação apresentada pelo Centro de Integração Empresa Escola – CIEE ao Edital do Pregão Eletrônico nº 90014/2025, cujo objeto é a contratação de agente de integração para operacionalização do programa de estágio do Tribunal de Contas do Distrito Federal. A entidade impugnante sustenta que há omissão no edital quanto à atribuição das obrigações tributárias relativas à eventual retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e à apresentação da Declaração do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte (DIRF) sobre os valores pagos a título de bolsa-estágio, o que, em seu entendimento, comprometeria a segurança jurídica e a competitividade do certame.

A argumentação apresentada está ancorada no art. 16 da Lei nº 11.788/2008, bem como nas Soluções de Consulta COSIT nº 186/2019 e nº 21/2020 da Receita Federal do Brasil, que reconhecem que o agente de integração não integra a relação jurídica tributária que dá ensejo à retenção do IRRF, sendo essa uma obrigação da parte concedente do estágio. O entendimento invocado é pertinente e compatível com a legislação vigente, sendo reconhecido por esta Administração. De fato, o agente de integração atua como intermediário operacional no programa de estágio, não sendo considerado fonte pagadora para fins de responsabilização tributária.



Importa destacar que o Edital impugnado, ao disciplinar o fluxo financeiro, estabelece que o Tribunal repassará ao agente de integração os valores referentes à bolsa-estágio, ao auxílio-transporte e ao recesso remunerado, com base no relatório de frequência previamente validada e com os valores a serem repassados discriminados. O agente, por sua vez, deve efetuar o repasse aos estagiários em até dois dias úteis. Em nenhum momento o edital atribui ao agente de integração a responsabilidade pela retenção de tributos ou pelo cumprimento de obrigações acessórias, como o envio da DIRF, razão pela qual não se verifica a alegada transferência indevida de responsabilidade tributária.

Ademais, convém ressaltar que os valores atualmente praticados pelo TCDF para bolsas de estágio - R\$ 2.400,00 para pós-graduação, R\$ 1.400,00 para graduação e R\$ 700,00 para nível médio – estão abaixo dos valores estabelecidos na tabela progressiva mensal do imposto para 2025, estabelecidos na MP nº 1.294/25. Dessa forma, na prática, inexistente fato gerador para os atuais estagiários desta Corte de Contas, o que torna a preocupação manifestada inócua do ponto de vista fiscal-operacional.

Quanto à solicitação constante do edital para que o agente de integração disponibilize aos estudantes uma funcionalidade de consulta aos valores pagos e um demonstrativo anual resumido com os valores repassados ao longo do exercício, esclarece-se que tal exigência **não possui natureza tributária**. Trata-se, exclusivamente, de medida de apoio administrativo, com vistas a facilitar o preenchimento da declaração de imposto de renda pelos próprios estudantes, caso tenham outros rendimentos e necessitem prestar contas à Receita Federal. Essa providência visa suprir uma necessidade prática da unidade, diante da limitação de pessoal e da complexidade dos demais processos de trabalho em curso, sem, contudo, transferir ao agente qualquer responsabilidade fiscal ou obrigação legal de apuração, retenção ou declaração de tributos.

Ainda que, excepcionalmente, ocorra situação em que a retenção seja devida, tal obrigação permanece sob responsabilidade do TCDF, que poderá, inclusive, ajustar os procedimentos contratuais para garantir a observância da legislação tributária sem transferir encargos indevidos à contratada. Assim, não há necessidade de alteração do edital, uma vez que tal instrumento já está compatível com a legislação de regência e não impõe à contratada obrigações que extrapolem sua função de agente intermediário.

Diante do exposto, a impugnação é conhecida, mas não provida, por ausência de previsão editalícia que imponha ao agente de integração a responsabilidade pela retenção do IRRF ou pela entrega da DIRF. A proposta poderá ser considerada oportunamente para fins de ajuste redacional em sede contratual, com vistas a reforçar a segurança jurídica, mas sem que isso implique alteração do conteúdo essencial do edital ou qualquer mudança nos critérios de julgamento.

CONCLUSÃO

5. Ante todo o exposto, considerando as alegações apresentadas pela IMPUGNANTE e os apontamentos trazidos à baila, concluímos pelo **CONHECIMENTO** do pedido de impugnação apresentado pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA – CIEE (Peça nº 45), bem como pela sua **IMPROCEDÊNCIA**.

Por fim, sugerimos que, após oitiva da Douta Consultoria Jurídica da Presidência, seja dada continuidade ao certame.

Brasília (DF), em 20 de maio de 2025.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DF
Secretaria Geral de Administração
Secretaria de Licitação, Material e Patrimônio
Serviço de Licitação

Pág. 5 de 5

TCDF – SELIP/SELIC
Proc. 3225/2024
Alessandra

ASSINADO DIGITALMENTE

Alessandra Ribeiro Astuti

Pregoeira

De acordo,

Brasília (DF), 20 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE

Wildson Prado Oliveira

Serviço de Licitação
Chefe

De acordo.

À Secretaria-Geral de Administração.

Brasília - DF, em 20 de maio de 2025.

ASSINADO DIGITALMENTE

Leonardo José Alves Leal Neri

Secretário da SELIP